



Proposta teórico-metodológica do tratamento da informação em museus a partir da ficha catalográfica do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

Theoretical-methodological proposal to the information treatment in Museums based on the catalog card used in the Museum of the Historical and Geographic Institute of Pará

Mateus Da Silva Reis 

Doutorando em Ciência da Informação
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
mateusreis42@hotmail.com

Roberto Lopes dos Santos Junior 

Doutor em Ciência da Informação
Universidade Federal do Pará
bobblopes@hotmail.com

Resumo

Estudo sobre o Tratamento da Informação realizado no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), com foco na ficha catalográfica produzida pelo organismo, utilizando elementos conceituais e metodológicos da Organização do Conhecimento. Trata-se de uma pesquisa descritiva, usando a metodologia da observação direta sobre os níveis de descrição e tratamento informacional oferecidos por esse instrumento. Os resultados indicam que o tratamento informacional relacionado a ficha atinge níveis satisfatórios na esfera descritiva, possibilitando funções de investigação do suporte nos objetos do MIHGP. Entretanto, o instrumento de pesquisa não atingiu níveis aceitáveis de tratamento temático, ao não permitir a indexação de termos ligados ao conteúdo do documento e na identificação da associação entre proprietários e objetos do MIHGP. Conclui-se a necessidade de reformulação da ficha catalográfica, de modo a possibilitar a recuperação informacional mais eficiente nesse acervo.

Palavras-chave

Tratamento da Informação. Documentação Museológica. Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará.

Abstract

Analysis on the Treatment of Information carried out at the Museum of the Historical and Geographic Institute of Pará (MIHGP), focusing on the catalog card produced by the organism, using conceptual and methodological elements of the Knowledge Organization. It is a descriptive research, using as a methodological strategy the direct observation of the levels of description offered by the instrument. The results indicated that the informational treatment linked to the record reached satisfactory levels in the descriptive sphere, enabling essential functions to the support of the objects of the MIHGP. However, the research instrument did not reach acceptable levels of subject treatment, as it did not allow indexing terms linked to the content of the document and the identification of the association between owners and the objects of the MIHGP. With these results, it is emphasized the reformulation of the catalog card, in order to enable more efficient informational organization in this collection.



Keywords

Information Treatment. Documentation in museums. Museum of the Historical and Geographic Institute of Pará.

1 INTRODUÇÃO

A Museologia, enquanto campo interdisciplinar correlato a Ciência da Informação, compreende o documento como objeto de museu, ou *museália*, onde, segundo Desvallées e Mairesse (2013) e Loureiro (2019), é o objeto exposto ao processo de musealização¹, sendo testemunho da relação entre indivíduo e realidade.

No que tange o tratamento documental na Organização e Representação da Informação, essas práticas buscam desenvolver técnicas objetivando a criação de um instrumento de pesquisa. Segundo Lima e Alvares (2012, p. 23), o ato de organizar “envolve o processo de como fazer a análise, classificação, ordenação e recuperação”, e o de representar corresponde à relação do documento “com a materialização e registro da simbologia que substitui o objeto ou ideia”.

A Organização e Representação da Informação subdivide-se em Organização da Informação (OI), no qual busca, através do tratamento descritivo, organizar e representar a forma do documento, ou seja, o que está registrado, suas dimensões e propriedade física, e na Organização do Conhecimento (OC), no qual aborda os processos que buscam organizar o conteúdo e assunto do documento, resultando em índices, terminologias e resumos, identificados como Tratamento Temático da Informação, referente à seleção de conceitos e descritores (LIMA; ALVARES, 2012).

A OI e OC estão presentes na documentação em museus, ligadas a gestão de acervos museológicos e responsáveis pela organização, representação e mediação da informação nesses locais (ROCHA, 2014). A partir dessas práticas, o tratamento informacional em museus é realizado a partir da ficha catalográfica, conceituada por Yassuda (2009) como instrumento de pesquisa que reúne a descrição física e temática do documento museológico.

Neste contexto, a pesquisa foca sua análise no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP), localizado no Centro Histórico de Belém, no bairro da Cidade Velha, parte integrante do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (IHGP), localizado no prédio histórico denominado Solar do Barão de Guajará, onde armazena diversas peças doadas pelos sócios do IHGP.

Cita-se que, há alguns anos, o museu realiza projetos ligados a OI de seu acervo. Um deles, no qual essa pesquisa é baseada, relaciona-se a extensão “Projeto de Documentação dos Acervos Museológicos do MIHGP”, coordenado pela Professora Marcela Guedes Cabral, ligada a Universidade Federal do Pará (UFPA), no qual desenvolveu um sistema de documentação focado na criação de instrumentos de pesquisa, objetivando suprir as necessidades informacionais advindas dos acervos históricos do museu.

Para o registro do acervo, esse projeto desenvolveu um instrumento de pesquisa - ficha catalográfica - que descreveu os elementos intrínsecos e extrínsecos dos objetos museológicos. Inicialmente, o instrumento funcionou de forma estável, mas continha alguns campos de descrição ociosos quando aplicados em acervos diferentes, ou seja, permaneciam

¹ Processo de transformação do objeto comum em objeto de museu. O processo é “configurado pelas etapas de seleção, tesaurização (construção de tesouro) e comunicação, sendo a fase de tesaurização reconhecida como a “inserção do objeto no sistema documental da nova realidade” (BRULON, 2018, p. 196).

vazios na descrição de pinturas, mas eram preenchidos quando a descrição era realizada em uma medalha.

No segundo semestre de 2017 e início de 2018, a ficha catalográfica foi colocada em avaliação, resultando na identificação de problemas em sua estrutura, no qual foram apontados a localização incorreta de alguns campos de descrição, áreas de descrição pouco exploradas, e metadados que causavam confusão na descrição do objeto. Com essa avaliação, foram levantados questionamentos sobre o aprimoramento do tratamento da informação, a partir da expansão da ficha catalográfica, podendo englobar, de forma mais eficiente, não só o acervo do MIHGP, como também coleções de outros espaços museológicos belenenses.

Nesse contexto, esta pesquisa baseia sua análise no seguinte questionamento: a partir da identificação de fragilidades na estrutura da ficha catalográfica do MIHGP, uma análise aprofundada deste instrumento, com o uso de bibliografias que abordam a organização e representação informacional, colaboraria no melhor tratamento da informação dos objetos museológicos?

A pesquisa, a partir dessa premissa, objetiva analisar o tratamento da informação no Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com foco na ficha catalográfica, utilizando, de forma interdisciplinar, elementos conceituais e metodológicos da Organização do Conhecimento e da Informação. Trata-se de uma pesquisa descritiva, utilizando como metodologia a observação direta e a revisão de bibliografias relacionadas à Organização do Conhecimento e Informação e no Tratamento Temático e Descritivo, a construção de níveis de tratamento informacional nas dimensões descritivas e temáticas, adequação dos campos da ficha catalográfica aos níveis estabelecidos, e observação dos níveis alcançados pelo instrumento de pesquisa, delineando potencialidades e fragilidades.

A pesquisa inicialmente discutiu conceitos ligados ao tratamento da informação, posteriormente analisando o Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com foco em seu sistema documental e ficha catalográfica. Por fim, o estudo abordou a avaliação feita na ficha, identificando possíveis potenciais de modificação.

2 TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO: CONCEITOS E OPERAÇÕES

O Tratamento da Informação busca investigar as propriedades do documento, utilizando como orientação as dimensões físicas, a partir do tratamento descritivo, e as dimensões conceituais e contextuais, a partir do tratamento temático da informação. Segundo Maimone e Tálamo (2008), todos os materiais registrados são potenciais fontes de informação e credores de um processamento informacional que analisa suas características específicas, objetivando configurar as informações relevantes do documento. As autoras reiteram que o tratamento da informação é um agente relevante na construção do conhecimento, possibilitando a análise e representação das informações do documento, processando esses dados de modo que as informações extraídas sejam acessíveis aos usuários.

Segundo Lopes e Valetim (2013, p.163), o tratamento da informação consiste em um “conjunto de procedimentos que visam à análise e tratamento de conteúdos informacionais, a fim de obter eficácia no processo de recuperação e uso da informação por parte do usuário”. O processamento informacional resulta em resumos e representações terminológicas ligadas ao documento. Dias (2001,p.3) aponta que, na recuperação da informação, o tratamento informacional descreve os documentos do ponto de vista físico e temático. Além disso, o processo resulta na construção de representações documentais, como fichas de catálogos, referências bibliográficas ou resumos que facilitam a utilização em um sistema de recu-

peração e tornam mais simples a “avaliação do usuário quanto à relevância que o documento integral possa ter para as suas necessidades de informação”.

Para Dias (2001), o tratamento informacional não é realizado de modo autônomo, dependendo de diferentes códigos e terminologias como, por exemplo, linguagens de indexação. Além disso, o tratamento da informação pode variar de acordo com o nível de detalhamento solicitado por um instrumento de pesquisa. Com isso, o tratamento informacional torna-se mais amplo a partir da tipologia de documento a ser tratado, das diretrizes de tratamento informacional como, por exemplo, as normas de descrição e catalogação em arquivos, bibliotecas e museus, e da formatação dos sistemas e instrumentos de catalogação.

Fujita, Rubi e Boccato (2009, p. 2) apontam que o tratamento documentário é “uma operação intermediária que cuidará desde o controle e registro material do documento, descrição do conteúdo até a sua armazenagem para que seja possível a difusão”. Deste modo, o tratamento informacional busca a análise do documento em dois níveis

- o da forma - análise descritiva ou bibliográfica - o tratamento físico da informação ligado como suporte;
- e o do conteúdo - tratamento temático da informação e destina-se à representação condensada do assunto intrínseco ou extrínseco tratado em um determinado documento (FUJITA, RUBI, BOCATO, 2009, p.2)..

Tanto no âmbito analógico quanto digital, a exploração destes dois níveis colabora para maior especificidade em um sistema de recuperação da informação, com destaque para as linguagens documentárias. Estas tipologias contêm diferentes graus de especificidades, começando por termos ligados às dimensões descritivas do suporte e se aprofundando às terminologias ligadas à tematicidade do documento, com base em operações cognitivas (DIAS, 2001). A seguir citam-se os dois tipos de tratamento da informação, o descritivo e temático.

2.1 Tratamento Descritivo da Informação

O Tratamento Descritivo da Informação, originalmente denominada como catalogação ou representação descritiva, trata das especificidades físicas do suporte documental. Conforme Maiomone, Silveira e Tálamo (2011, p. 28), o tratamento descritivo da informação representa características que possibilitam a individualização do documento, padronizando por “pontos de acesso, responsáveis pela busca e recuperação da informação, assim como pela reunião de documentos semelhantes”.

Segundo Baptista (2007), a representação descritiva se desenvolveu junto à catalogação e bibliografia, preocupando-se em identificar os elementos que possibilitam a formação de uma satisfatória representação documental. O autor complementa que a lógica da descrição não se baseia na visão fixa do documento estático, mas na própria desconstrução da descrição, em que o mesmo, seguindo padronizações, permite que toda representação descritiva possa ser considerada como ponto de acesso ao documento e aos relacionamentos entre o objeto com os “nomes, entidades, locais, histórias, enfim com uma série de elementos ontológicos e contextuais que ampliam, de forma dramática, o potencial do conhecimento sobre determinado assunto” (BAPTISTA 2007, p. 182).

Sob a perspectiva da semiótica, Reis et al (2018) afirmam que o tratamento descritivo contém níveis de interpretação do documento a ser descrito. Na pesquisa, são apresentados dois conceitos que podem ser considerados durante o tratamento descritivo, *obra* e *mani-*

festação. Para os autores, esses conceitos podem estar em sincronia, no qual a *obra* é a ideia a ser reproduzida em diferentes suportes ou *manifestações*. Os autores citam como exemplo a publicação de livros, no qual a *obra*, ou material original, pode ser reproduzida em diferentes suportes e edições, sendo estas suas *manifestações*.

Na perspectiva de Campos (2006), é apontado que o tratamento informacional é a execução de uma sequência sistemática de operações sobre dados documentários. Desse modo, tais operações permitem a interpretação destes dados, possibilitando a identificação, localização e gestão desses documentos.

O tratamento descritivo segue diretrizes que podem abarcar “questões relativas a diferentes documentos que precisam de instrumentos normativos, claros, abrangentes [...]” (CATARINO; SOUZA, 2012, p. 84). Nesse sentido, Sousa (2015) esclarece que as normas de padronização do registro informacional e do tratamento descritivo desempenham um importante papel, evitando a desorganização de um acervo, construindo pontos de acesso.

2.2 Tratamento Temático da Informação

O Tratamento Temático da Informação (TTI) é a prática que busca analisar, descrever e representar o conteúdo informacional do documento (GUIMARÃES; FERREIRA; FREITAS, 2013). Segundo Guimarães (2009), além de envolver processos referentes ao tratamento de conteúdo, o TTI colabora para a construção de instrumentos de pesquisa e em estratégias de recuperação da informação. Além disso, esse tratamento possibilita o entendimento da relação entre produção e uso da informação, através da investigação do conteúdo.

O TTI se entrelaça a processos teóricos-metodológicos de organização e representação informacional direcionados à análise de conteúdo, sendo estes a catalogação de assunto, de origem norte-americana, que resulta no desenvolvimento de produtos, da indexação, de origem anglo-saxônica, que foca na construção de instrumentos, e análise documental, de origem francesa, que objetiva o processo de síntese informacional do documento (GUIMARÃES, 2009).

A catalogação de assunto visa a construção de catálogos que auxiliam na compreensão e tradução de uma linguagem de assunto específica, a partir da construção de cabeçalhos de assunto ou listas de termos autorizados em determinada área de conhecimento, como, por exemplo, as palavras-chave (GUIMARÃES, 2009). A catalogação de assunto “consiste em examinar o documento, de modo a extrair os assuntos nele contido para determinar os rótulos verbais, que servirão de ponto de acesso para busca e recuperação do documento original”, onde os cabeçalhos de assunto “assumem especial importância visto caracterizar um vocabulário controlado que padroniza e uniformiza a descrição sintética dos assuntos, atuando como ferramenta para a catalogação de assunto” (GUIMARÃES, FERREIRA, FREITAS, 2013, p. 186).

A indexação é definida a partir das funções de controle, registro e representação das informações de determinado assunto, com intuito de otimizar as estratégias de busca em bibliotecas especializadas e centros de documentação (GUIMARÃES, 2009). Para Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), a indexação tem por objetivo descrever o conteúdo informacional do documento conforme seu assunto, retirando elementos sintéticos e representativos, sendo traduzidos em termos padronizados. Sendo assim, o “conteúdo semântico” configura-se como uma forma de acesso à informação, denominando-se como representação temática, ou representação do conteúdo do documento, a partir de símbolos, permitindo a identificação do tema referente (SILVA, SOUZA, BANDEIRA, 2012). Na Museologia, a representa-

ção temática foca na investigação do contexto do documento museológico, buscando compreender a relação indivíduo x objeto, com intuito de representar este documento a partir de termos ligados às dimensões históricas, estilísticas e iconográficas.

Enquanto a catalogação de assunto e indexação focam na construção da representação temática por meio de termos controlados, a análise documental objetiva representar, de modo processual, descrições e resumos que envolvem tanto as dimensões físicas quanto de contexto. Conforme Fujita, Nardi e Santos (1998), este processo parte de uma desestruturação do conteúdo de um documento para a criação de um novo produto documentário. As autoras apontam que o processo funciona de forma sequencial e ordenada, a partir das seguintes operações:

ANÁLISE: leitura e segmentação do texto para identificação e seleção dos conceitos;

SÍNTESE: construção do texto documentário com os conceitos selecionados: enunciado de assunto e resumo;

REPRESENTAÇÃO: a representação possui duas naturezas distintas: na primeira, a representação é construída através de um processo de condensação intensiva do texto original, gerando os diferentes tipos de resumo; na segunda, a representação é realizada através do uso de uma Linguagem documentária [...] (FUJITA; NARDI; SANTOS, 1998, p. 21).

Visando a representação do conteúdo e a concepção de produtos, a análise documental também é considerada como um processo cognitivo e intelectual. Molina (1989, p. 327) afirma que a análise documental é “uma operação intelectual mais ou menos complicada, dependendo do grau de elaboração, e o seu resultado será o nascimento de diversos produtos secundários”. No tópico a seguir, será focado o tratamento da informação na museologia.

2.3 O tratamento da informação no contexto museológico

O tratamento informacional no âmbito museológico refere-se ao reconhecimento do significado, contexto e função do documento. Albuquerque (2015) afirma que os espaços museológicos desenvolvem normas e padrões que podem mediar as informações do objeto, levando em consideração a interlocução de seu contexto cultural. Conforme a autora, a catalogação envolve o tratamento documental, a partir da investigação dos dados extrínsecos e intrínsecos do objeto. Segundo Chagas (1994) e Lima (2012), o documento de museu é composto por propriedades físicas (intrínsecas), e propriedades ao significado e contexto (extrínsecas).

O TTI, durante o processo de catalogação, é iniciado na investigação das propriedades físicas e de conteúdo, através da pesquisa do histórico e estilo do objeto analisado (ALBUQUERQUE, 2015). Nesse sentido, o processo de catalogação busca o tratamento da relação física x relação temática, por intermédio da ficha catalográfica.

O processo de descrição no âmbito museológico busca atender as características físicas e de conteúdo do objeto, resultando na construção de terminologias e resumos, denominados como “descrição do objeto”, que representam o documento. Na Museologia, a norma padrão para a formulação de procedimentos descritivos e construção de metadados é a do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC), do Conselho Internacional de Museus - ICOM, intitulada “Declaração de Princípios de Documentação em Museu e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus: Categorias de Informação do Comitê Internacional de Documentação”. No Brasil, sua publicação ocorreu em 2014 pelo Museu

da Imigração do Estado de São Paulo em parceria com a Pinacoteca do Estado de São Paulo, onde objetiva orientar espaços museológicos “no desenvolvimento de suas políticas de gestão de documentação e acervo” (CIDOC, 2014, p. 19). Entretanto, parte desses espaços no Brasil ou criam normas próprias de descrição, ou utilizam diretrizes de outras bibliografias da Museologia, como, por exemplo “Documentação Museológica”, escrita por Maria Inês Candido, publicada em 2006, no qual a autora indica os procedimentos de descrição por intermédio da ficha catalográfica, sendo possível construir um panorama informacional do documento registrado a partir do uso de metadados.

Os metadados são elementos utilizados para a descrição e gestão de documentos no ambiente eletrônico/digital. Lucca, Charão e Stein (2006) apresentam a definição de metadados, a partir da *Dublin Core Metadata Initiative*, em conjuntos de dados estruturados, que captam elementos de determinado documento, permitindo identificar o modo de descrição, uso e preservação. Para Sayão (2010), os metadados podem ser identificados em três categorias: descritivos, estruturais e administrativos. Os metadados descritivos são o foco para o desenvolvimento da proposta de reestruturação do instrumento documentário no qual, segundo o autor, descrevem um recurso incluindo elementos referentes ao título, autor, palavras-chave e resumo.

No cenário museológico, ainda não é popularizado um repositório virtual com metadados que refletem as diretrizes do CIDOC. Para Lima, Santos e Segundo (2016, p. 67), neste contexto, “os museus, em sua maioria, ainda não utilizam normas e padrões de metadados que possibilitem uma melhora no acesso da informação pelo usuário nem a interoperabilidade entre sistemas de museus internacionais”. Cita-se, contudo, que existem opções de softwares que realizam a gestão dos acervos museológicos, como o Tainacan² (tainacan.org), que customiza metadados descritivos a partir das necessidades dos espaços museológicos.

3 MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ E O SISTEMA DE DOCUMENTAÇÃO

Fundado em 1900 e reinstalado em 1917, o Instituto Histórico e Geográfico do Pará surge no início do período republicano, reunindo em suas assembleias diversas figuras políticas e intelectuais da época (NEGRÃO; MAIA, 1998). O edifício em que a Instituição e o Museu residem, o Solar Barão do Guajará, possui arquitetura de caráter eclético, contendo em sua estrutura diversas propriedades estilísticas. Oferecido como presente de casamento ao Barão de Guajará³, o espaço foi gerado como ponto de nobreza na região e abriga até hoje objetos de luxo e mobiliários estrangeiros. Nesse sentido, a edificação foi tombada em 1943, ao ser adquirido pelo Instituto Histórico e Geográfico do Pará, considerado como “um bem histórico do Patrimônio Nacional” (TRINDADE, 1995).

Posteriormente, o Solar Barão do Guajará passou a ser gerido pelo corpo de sócios do IHGP. Os espaços foram reorganizados pela direção, iniciando um período de parcerias públicas e privadas, que resultaram em revitalizações por todo o prédio. Atualmente, o Solar responde ao título de sede do IHGP, funcionando como um espaço de discussão, ensino e pesquisa, além de propor novas oportunidades e experiências no meio científico. Em relação a administração do IHGP, a instituição possui sócios que se responsabilizam pelos diversos

² Desenvolvido em 2014 por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, como componente técnico na concepção de uma política nacional de acervos digitais culturais, é um plugin de código aberto para WordPress, voltado para criação de repositórios, com foco na gestão e publicização de acervos digitais.

³ Domingos Antônio Raiol (1830-1912), jurista, político, historiador e intelectual paraense.

setores que compõe o organismo. O IHGP atualmente é dirigido pela professora Anaíza Vergolino, compartilhando a administração com diferentes áreas como, por exemplo, o Museu, atualmente dirigido pela Professora Marcela Cabral.

O Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará (MIHGP) foi criado em conjunto com a reinstalação do IHGP em 1917. O MIHGP, por décadas, se responsabiliza pela preservação de peças relacionadas à história paraense. Em 2014, a perspectiva museológica se consolida por meio de parceria com a Universidade Federal do Pará (UFPA), através do Projeto de Documentação dos Acervos Museológicos do MIHGP, coordenado pela já citada Marcela Cabral, do Curso de Museologia da universidade. O projeto, inicialmente, teve como objetivo o registro das peças do Museu, a partir do desenvolvimento de arrolamentos e fichas de catalogação, além da formulação de medidas de conservação das peças salvaguardadas.

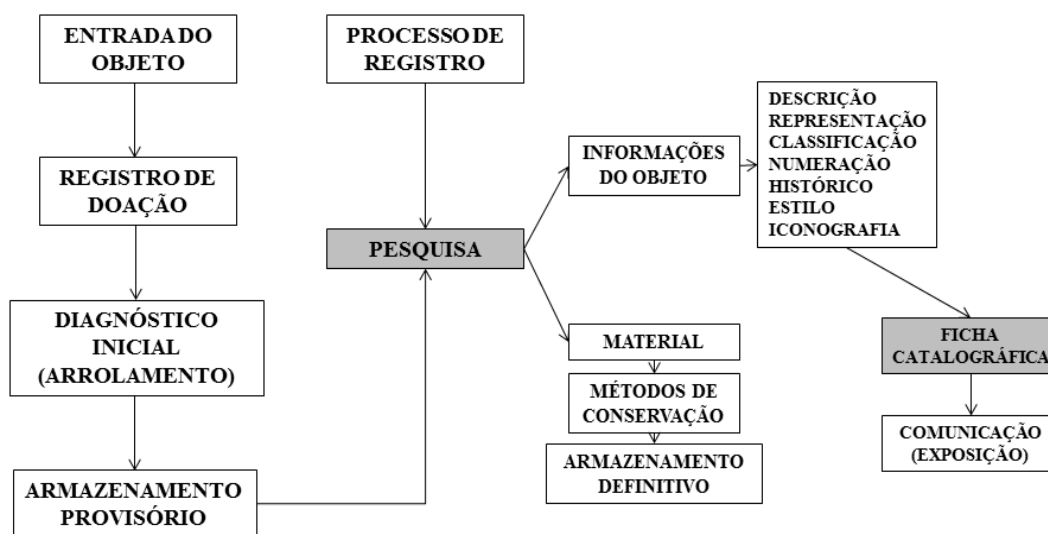
Conforme citado, o acervo do Museu foi formado por doações de sócios ou pessoas ligadas ao IHGP e, em momento posterior, adquirido junto à compra do prédio. A partir do diagnóstico por parte do Projeto de Documentação, o acervo do MIHGP divide-se em cinco esferas: Numismática e Medalhística, Mobiliário, Armaria, Indumentária, e Artes Visuais.

O Sistema de Documentação do MIHGP objetiva organizar as informações contidas nas peças do museu, para, posteriormente, serem aproveitadas em futuras exposições. O sistema, assim como os instrumentos de pesquisa, é utilizado de forma analógica, com o processo de registro sendo realizado à mão e seus resultados (fichas, registros de posse etc.) digitalizados.

O sistema teve início a partir da criação da ficha de arrolamento, que realizou a quantificação e primeiro diagnóstico dos objetos, e prosseguiu com a criação da ficha catalográfica. Com a quantificação desses itens, notou-se a necessidade da criação de uma numeração e plano de classificação dos acervos que pudesse organizar os objetos a partir das suas funções. O plano de classificação do MIHGP buscou atribuir as funções dos objetos museológicos. Baseado na adaptação de Cândido (2006) do esquema classificatório proposto pelo *Thesaurus para Acervos Museológicos de Helena Ferrez (1987)*, o plano de classificação possibilitou o enquadramento, compreensão e divisão do acervo, a partir de classes e subclasses, guiadas por termos gerais.

Logo após a classificação e numeração dos objetos, foram desenvolvidos documentos de registro de entrada, além de normas como, por exemplo, termos de doação e políticas de descrição. O Sistema de Documentação não seguiu uma linha de desenvolvimento linear, sendo formado conforme as necessidades do acervo. Com a evolução do sistema e a criação de instrumentos que auxiliassem no registro dos objetos, os processos de organização e representação da informação do acervo foram potencializados, resultando na versão atual deste sistema, ilustrado na Figura 1.

Figura 1 - Sistema de Documentação do MIHGP



Fonte: elaborado pelos autores (2020).

No tópico a seguir, serão discutidas algumas informações sobre a ficha catalográfica do museu.

3.1. Ficha Catalográfica do MIHGP

A ficha catalográfica objetiva o registro de informações referentes a determinada peça, a partir da elaboração de metadados descritivos. Yassuda (2009) e Candido (2006) complementam que a ficha catalográfica é um instrumento que direciona o tratamento informacional no âmbito museológico, a partir da sua possibilidade em descrever, interpretar e indexar as informações ligadas ao conteúdo e suporte do item museológico registrado, buscando formular um panorama informacional completo desses objetos.

A ficha catalográfica do MIHGP (apêndice) surgiu nas primeiras etapas do projeto de documentação desenvolvido na instituição, a partir do estudo e quantificação das peças residentes. O instrumento de descrição buscou abarcar todas as propriedades e características presentes em um objeto ou coleção, contendo campos que pudessem suprir as necessidades que apareceram nos primeiros registros das coleções, sendo utilizado na pinacoteca e no acervo de numismática.

Baseado no modelo de Cândido (2006), a ficha catalográfica contém 38 campos de descrição divididos em seis esferas: Identificação do objeto, englobando metadados referentes à descrição da forma e conteúdo, e na atribuição de termos e de classificação; Análise do objeto, referente ao registro das dimensões estilísticas, históricas e iconográficas; Conservação do objeto, incluindo campos a respeito do diagnóstico, restauração, reconhecimento de pragas e demais intervenções; Notas, referente ao reconhecimento de publicações e exposições que envolvem o objeto; Dados de Preenchimento, que trata da identificação do documentalista que realizou a descrição, registrando o nome e a data da descrição; e Reprodução Fotográfica, que engloba os dados pictóricos do objeto, respectivamente fotografia e o fotógrafo responsável.

Interpretando o objeto museológico como um artefato portador de carga informacional, a partir da ótica de Ortega e Lara (2009), a ficha do MIHGP se preocupa pelo registro das características do objeto, desde informações referentes à materialidade da peça até seu histórico de posse. Nesse sentido, o instrumento atingiu, em análise inicial, um nível satisfatório de registro a partir de seus campos específicos.

Entretanto, não foi consenso que o instrumento era capaz de registrar e organizar uma porcentagem máxima de dados. À vista disso, foi necessário formular um método de avaliação que permitiu a investigação sobre a eficácia do instrumento. Essa avaliação foi realizada entre 2017 e 2018, que resultou no trabalho de conclusão de curso “Museu e Informação: Uma Proposta de Avaliação da Ficha de Catalogação do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará”. A proposta de avaliação do instrumento buscou investigar se a informação registrada estava em acordo ao objeto, a partir da elaboração e aplicação de um questionário junto a profissionais e pesquisadores museológicos.

A problemática mais apontada pelos avaliadores se referia à organização e estruturação dos campos da ficha. Estes afirmaram que alguns setores de registro deveriam ser desmembrados, realocados e melhor especificados. Por outro lado, foi possível evidenciar, apesar das ressalvas, que a ficha possui parcial êxito em registrar e organizar as informações desses acervos. Também foi notado que, ao executar os procedimentos de registro, o instrumento contribui para a otimização do sistema de documentação da instituição. De acordo com os avaliadores, a ficha catalográfica também apresenta problemas em seu desempenho, em especial na estruturação dos campos e em lacunas informacionais de catalogação do objeto. Nesse sentido, devem ser aplicadas mudanças para maior eficiência na organização e representação informacional dessas peças, partindo da análise da ficha enquanto instrumento de tratamento da informação descritivo e temático.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O percurso metodológico configura-se como descritiva e experimental. Sobre o tratamento da informação no MIHGP, inicialmente delimitou-se níveis de eficácia para cada operação, especificando quais processos tornariam o tratamento descritivo e temático eficaz. Após a delimitação deste o parâmetro, foi investigado se os campos da ficha catalográfica se aproximam dos níveis propostos.

Para formular níveis de descrição satisfatórios, a pesquisa utilizou bibliografias ligadas à temática de tratamento descritivo, em especial Maimone, Silveira e Tálamo (2011), Baptista (2007), Reis et al (2018) e Campos (2006), nos quais definem a operação descritiva a partir das noções de individualização do documento, identificação e localização, pontos de acesso, e possibilidades para replicação da obra em outras manifestações.

A partir dessa análise, foram formulados quatro níveis de tratamento descritivo, especificados a seguir.

Nível 1 – Permite a identificação e localização do objeto/documento (Nível baixo de descrição): Neste nível, utilizou-se a obra de Campos (2006), na qual é apontado que o tratamento descritivo deve identificar o documento e especificar sua localização no acervo, possibilitando uma boa gestão documental.

Nível 2 – Permite a individualização do objeto/documento (Nível regular de descrição): Neste nível, com base em Maimone, Silveira e Tálamo (2011), o tratamento descritivo possibilita realçar as principais características de suporte que compõem um documento, como a estrutura que o torna diferente de outros itens.

Nível 3 – Permite identificar a obra (essência) e a manifestação do objeto/documento (Nível bom de descrição): com base em Reis et al (2018), o tratamento descritivo deve identificar e descrever a obra e seus detalhes, assim como o suporte.

Nível 4 – Permite formular pontos de acesso (Nível excelente de descrição): baseado em Baptista (2006), é quando o objeto principal do tratamento descritivo possibilita a formulação de pontos de acesso entre usuários, documentos e entidades.

Para a formulação de níveis aceitáveis de tratamento temático, investigou-se as noções que delimitam se a operação temática do MIHGP alcança um baixo ou alto grau de eficácia no conteúdo informacional dos objetos.

A partir dessa análise, foi possível formular quatro níveis consecutivos, especificados a seguir.

Nível 1 – Permite a Análise geral do conteúdo (Nível baixo de tematicidade): baseado no estudo de Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), aponta que o tratamento temático deve possibilitar a análise do contexto do documento, a partir de etapas como a leitura da forma e conteúdo.

Nível 2 – Permite a Análise Documental e a construção de resumos informacionais (Nível regular de tematicidade): baseado em Kobashi (1996), este nível possibilita identificar se o tratamento informacional possibilita as etapas analítico-sintéticas, resultando na construção de termos e resumos, definidos como pontes de aproximação com o documento-base.

Nível 3 – Permite o entendimento da relação entre produção e uso da informação (Nível bom de tematicidade): baseado em Guimarães, Ferreira e Freitas (2013), este nível delimita a possibilidade do tratamento temático em provocar o entendimento das relações do documento, em uma esfera de produção (função primária), e em seu uso e significado (função metafísica).

Nível 4 – Possibilita representação temática (indexação) (Nível excelente de tematicidade): baseado nos estudos de Guimarães (2009) e Silva, Sousa e Bandeira (2012), investiga se o tratamento temático possibilita a representação temática do objeto, a partir da indexação de termos ligados ao conteúdo e significado.

5 RESULTADOS DA ANÁLISE

Para Mensch, (1989), a primeira dimensão informacional que compõe o documento de museu é a de propriedades físicas, a partir de características referentes à composição material e segmentos morfológicos, como dimensões e estrutura. O tratamento descritivo de forma pretende aperfeiçoar a busca de documentos a partir da captação de informações ligadas às particularidades do suporte, possibilitando relacionar os usuários aos documentos, a partir de pontos de acesso.

A análise do tratamento informacional do MIHGP nivelou a operação descritiva de modo a compreender se são realizados procedimentos específicos em cada nível, tais como identificação e individualização. Dessa maneira, se o tratamento descritivo atinge o nível excelente de descrição (Nível 4), significa que este também consegue executar todas as atividades dos níveis inferiores.

A partir da nivelção proposta, foram levantados os seguintes resultados (quadro 1).

Quadro 1 - Análise da operação descritiva

Níveis	Permite a operação?	Quais campos?
Nível 1	Sim	Número de inventário; título; localização
Nível 2	Sim	Data de produção; dimensões; material/técnica ; marcas e inscrições; estado de conservação; diagnóstico
Nível 3	Sim	Descrição do objeto
Nível 4	Sim	Autoria; origem; procedência

Fonte: elaborado pelo autor (2020).

Conforme observado na Figura, a operação descritiva do MIHGP alcança o Nível 1, a partir da presença de campos na ficha catalográfica que possibilitam a identificação e localização do objeto, tais como os metadados de Número de Inventário, Título e Localização, onde é permitido incluir informações necessárias para atingir este nível. O tratamento descritivo do Museu também atinge o segundo nível, baseado na presença de campos que possibilitam a individualização do objeto descrito, como o registro da data de produção, dimensões, material e técnicas, marcas e inscrições, estado de conservação e diagnóstico, permitindo a construção de um relatório mais específico para cada item. A operação descritiva do MIHGP também atinge o terceiro nível, no qual é possível especificar as propriedades da obra e identificar a sua manifestação, a partir das diretrizes do campo descrição do objeto, no qual é especificado que o documentalista deve descrever detalhes, posicionamentos, e entalhes que compõem o objeto.

O tratamento descritivo do MIHGP atinge o Nível 4 (excelente nível de descrição), baseado na presença de campos que possibilitam pontos de acesso ao documento e suas entidades detentoras, a partir dos campos de Autoria, Origem e Procedência. Todavia, algumas questões são levantadas acerca do tratamento descritivo deste nível, em especial sobre a simplicidade deste ponto de acesso, tornando o registro acessível, sem especificações acerca das entidades detentoras e o tipo de relações dessas obras com os documentos. Além disso, mesmo que contenha metadados para a inclusão de um termo, não é especificado se este é ligado a um termo referente à dimensão de suporte ou de conteúdo, provocando desorganização na representação informacional do item.

Para além das propriedades físicas, o objeto/documento de museu também contém características ligadas ao contexto e conteúdo que delineiam seu significado. Segundo Souza (2009, p.4), para analisar o tratamento informacional em espaços museológicos deve-se primeiro interpretar a informação do objeto, no qual remete “ao processo interpretativo que, na percepção dos teóricos, pode considerar dois tipos de significados: o principal, que diz respeito à funcionalidade e uso; e o secundário, referente à agregação de valores simbólicos”.

Assim como a análise da operação descritiva, a pesquisa nivelou a operação temática do MIHGP, com intuito de investigar se são realizados procedimentos especificados em cada nível, tais como análise e síntese do conteúdo, compreensão das relações entre uso e informação, e se o tratamento temático atinge um nível excelente de descrição (Nível 4), ou seja, que consegue executar todas as atividades dos níveis inferiores. Nesse sentido, foram levantados os seguintes dados, identificados no quadro a seguir

Quadro 2- Análise da operação temática

Níveis	Permite a operação?	Quais campos?
Nível 1	Sim	Classificação; subclassificação; dados históricos; características iconográficas; características estilísticas
Nível 2	Sim	Dados históricos; características iconográficas; características estilísticas
Nível 3	Não	—
Nível 4	Não	—

Fonte: Elaborada pelo autor (2020)

Com base nesses resultados, foi observado que a operação temática do MIHGP alcança o Nível 1, a partir da presença de campos que realizam a análise geral do conteúdo do documento descrito. Entre os metadados do instrumento, destacam-se os de Classificação e Subclassificação, no qual é possível atribuir uma classe ao item a partir de sua função primária. Além disso, campos como Dados históricos, Características iconográficas e Características estilísticas permitem a investigação e análise do conteúdo na esfera metafísica e de significado, a partir das propriedades extrínsecas que compõem o documento museológico.

O tratamento temático do MIHGP também atinge o Nível 2, com um nível regular de tematicidade, pois a ficha catalográfica e suas diretrizes de preenchimento direcionam o documentalista ao processo de análise e síntese do objeto, no qual é induzido a etapas de investigação e leitura do item museológico, inserindo posteriormente resumos documentários que representam o conteúdo do objeto. Estes resumos podem ser inseridos nos campos Dados históricos, Características iconográficas e Características estilísticas, especificando as camadas de conteúdo que compõem o documento museológico, dialogando entre as funções de uso e significado. Além disso, os resumos produzidos com base no documento original podem ser incluídos junto aos resumos do tratamento descritivo, no metadado Descrição.

No entanto, a operação temática não alcança o Nível 3 de tematicidade. Isso é comprovado pela ausência de campos no instrumento de pesquisa que possibilitem o entendimento entre a relação do uso x informação x detentor, onde a ficha não permite o registro da função inicial do objeto, função essa atribuída pelo proprietário. A presença de campos que destaquem a relação entre o documento e seu antigo detentor, assim como especificar a quem o item pertence, seu contexto e como ele é interpretado, colaborariam para o aprofundamento da operação temática nos acervos do MIHGP.

O tratamento temático também não atinge o nível 4, de excelência, por não possibilitar a indexação de termos que representem o conteúdo. A causa é o conflito no que deve inserido no campo Termo, resultando em um descritor que não representa precisamente o documento. A falta de uma representação temática não só provoca falta de síntese do conteúdo do objeto como também não permite um acesso eficaz dos usuários ao sistema de registro do Museu. Nesse sentido, a ausência torna-se uma das principais problemáticas no tratamento informacional, ao não considerar a indexação como principal ponto de acesso entre usuários e o conteúdo informacional.

Foi percebido que o tratamento informacional do MIHGP atingiu níveis satisfatórios referente à operação descritiva, no qual o instrumento de pesquisa possibilita o registro de diferentes propriedades que envolvem o suporte. Entretanto, o tratamento da informação

do Museu atinge somente um nível regular de tematicidade, a partir de necessidades que a ficha catalográfica não consegue suprir como, por exemplo, na ausência de campos e diretrizes que auxiliem o documentalista na investigação das relações entre documento x indivíduo e a falta de representações temáticas do documento, dificultando assim o acesso aos usuários.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Tratamento da Informação objetiva investigar as dimensões de forma e conteúdo, partindo de operações descritivas e temáticas, com intuito de sistematizar e representar informações ligadas ao documento. A partir desse aspecto, a presente pesquisa analisou o tratamento informacional do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, com intuito de nivelar as operações deste tratamento de modo que possam ser ressaltadas possíveis problemáticas e seus ajustes. O foco foi a ficha catalográfica, na qual haviam sido identificadas limitações em seus campos de descrição.

A pesquisa identificou que o instrumento de pesquisa do MIHGP contém falhas no tratamento dos objetos. Em parte, essas falhas caracterizam-se pela presença de campos que não especificam as informações registradas, tornando os resumos documentários superficiais. Além disso, através dos níveis aceitáveis de descrição e tematicidade, notou-se que o instrumento de pesquisa não possibilita a inclusão de dados que colaboraram para um eficiente panorama informacional dos documentos.

O tratamento da informação no MIHGP, focando na ficha catalográfica, evidenciou a ausência de campos ligados à representação temática dos objetos museológicos descritos, assim como a falta de metadados que envolvem pontos de associação entre itens e proprietários. Além disso, o instrumento também não alcança um grau mais específico de descrição e nem possibilita a construção de pontos de acesso.

A discussão proposta busca minimizar as problemáticas que cercam o contexto informacional da instituição museológica apresentada. A investigação pode complementar a trajetória do MIHGP referente à necessidade de organização das informações de seus acervos, podendo ser encarada como um dos passos para normas e diretrizes mais eficazes de representação da informação ligadas, por exemplo, a uma política de indexação.

Os resultados da análise objetivam apresentar novos parâmetros que possibilitem a evolução e melhor aproveitamento para museus e usuários da ficha catalográfica do MIHGP. Como opção para solucionar essas problemáticas, os próximos passos do estudo objetivarão construir um novo instrumento de pesquisa que facilite o tratamento informacional nas dimensões descritiva e temática, a partir da inclusão e customização de novos campos de registro, e da criação de metadados que possam armazenar e preservar os documentos registrados, baseados no formato e funcionamento dos Repositórios Arquivísticos Digitais, no instrumento de pesquisa do MIHGP e nas normas da Declaração de Princípios de Documentação em Museus e Diretrizes Internacionais de Informação sobre Objetos de Museus, do Conselho Internacional de Museus (ICOM).

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. C. Tratamento temático da informação e a documentação museológica: aspectos e reflexões referentes à classificação. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2015. Disponível em:

<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/2808/23.%20TRATAMENTO%20TEMÁTICO%20DA%20INFORMAÇÃO.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BAPTISTA, D. M. O impacto dos metadados na representação. **Revista ACB**, v. 12, n. 2, p. 177-190, 2007. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/529>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BOTTALLO, M. Diretrizes em documentação museológica. In: ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE AMIGOS DO MUSEU CASA DE PORTINARI. **Documentação e conservação de acervos museológicos: diretrizes**. São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, 2010, p. 48-79.

BRULON, B. Passagens da Museologia: a musealização como caminho. **Revista Museologia e Patrimônio**, v. 11, n. 2, p. 189-210, 2018. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/722>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CAMPOS, M. L. de A. Indexação e descrição em arquivos: a questão da representação e recuperação de informações. **Arquivo & administração**, v. 5, p. 17, 2006. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/article/view/0000029461>. Acesso em: 08 abr. 2021.

CÂNDIDO, M. I. Documentação Museológica. **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2ª edição. Rio de Janeiro, IPHAN, 2006.

CATARINO, M. E.; SOUZA, T. B. de. A representação descritiva no contexto da web semântica. **Transinformação**, v. 24, n. 2, p. 77-90, 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-37862012000200001&script=sci_abstract. Acesso em: 08 abr. 2021.

CHAGAS, M. D. S. Em busca do documento perdido: a problemática da construção teórica na área da documentação. **Cadernos de sociomuseologia**, v.2, n. 2, 1994.

COMITÊ INTERNACIONAL DE DOCUMENTAÇÃO (CIDOC). CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM). **Declaração de princípios de documentação em museus e diretrizes internacionais de informação sobre objetos de museus** : categorias de informação do Comitê Internacional de Documentação (CIDOC - ICOM). São Paulo : Secretaria de Estado de Cultura de São Paulo / Associação de Amigos do Museu do Café / Pinacoteca do Estado, 2014.

DESVALLÉES, A.; MAIRESSE, F.. **Conceitos-chaves em museologia**. São Paulo: Comitê do Conselho Internacional de Museus, 2013.

DIAS, E. W. Contexto digital e tratamento da informação. **DataGramZero**, v. 2, n. 5, p. 1-10, 2001. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6855>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FERREZ, H. D.; BIANCHINI, M. H. S. **Thesaurus para acervos museológicos**. Brasília: Ministério da Cultura/ Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1987.

FUJITA, M. S. L.; RUBI, M. P.; BOCCATO, V. R. C. O contexto sociocognitivo do catalogador em bibliotecas universitárias: perspectivas para uma política de tratamento da informação documental. **DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação**, v. 10, n. 2, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/6489>. Acesso em: 08 abr. 2021.

FUJITA, M. S.; NARDI, M. I. A.; SANTOS, S. A leitura em análise documental. **Transinformação**, v. 10, n. 3, p.13-31, 1998. Disponível em: <http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1556>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GUIMARÃES, J. A. C. Abordagens teóricas de tratamento temático da informação (TTI): catalogação de assunto, indexação e análise documental. **Ibersid: revista de sistemas de información y documentación**, v. 3, p. 105-117, 2009. Disponível em: <https://www.ibersid.eu/ojs/index.php/ibersid/article/view/3730>. Acesso em: 08 abr. 2021.

GUIMARÃES, J. A. C.; FERREIRA, G. M.; FREITAS, M. F. M. Correntes teóricas do tratamento temático da informação: uma análise de domínio da presença da catalogação de assunto e da indexação nos congressos de ISKO-Espanha. **Anais congresso ISKO Espanha**, 2013. Disponível em: <https://ruc.udc.es/dspace/handle/2183/11647>. Acesso em: 08 abr. 2021.

KOBASHI, N. Y. Análise documental e representação da informação. **Informare: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação**, p. 5-27, 1996. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4235088/mod_resource/content/1/Artigo%20Kobashi%202.pdf. Acesso em: 08 abr. 2021.

LIMA, D. F. C.. Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi.**, v. 7, n. 1, p. 31-50, 2012.

LIMA, F. R. B.; SANTOS, P. L.; SEGUNDO, J. E. S.. Padrão de metadados no domínio museológico. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 50-69, 2016. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/2639>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LIMA, J. L. O.; ALVARES, L.. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações**. São Paulo: B4 Editores, 2012.

LOPES, E. C.; VALENTIM, M. L. P. Processos de gestão da informação: tratamento, recuperação e uso da informação no mercado de capitais. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 3, n. 1, p. 157-174, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114940>. Acesso em: 05 dez. 2019.

LOUREIRO, M. L. de N. M.. O Objeto de museu como documento: um panorama introdutório. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 13-36, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/81378/>. Acesso em: 08 abr. 2021.

LUCCA, G.; CHARÃO, A. S.; STEIN, B. de O.. Metadados para um sistema de gestão eletrônica de documentos arquivísticos. **Arquivística. net, Rio de Janeiro**, v. 2, n. 1, p. 70-84, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/49901>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade**, v. 21, n. 1, p. 27-35, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MAIMONE, G. D.; TÁLAMO, M. F. G. M. Tratamento informacional de imagens artístico-pictóricas no contexto da Ciência da Informação. **DataGramZero-Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 2, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/pbcib/article/view/5272>. Acesso em: 08 abr. 2021.

MAROEVIĆ, I.. Museology as a field of knowledge. **Cahier d'études / Study Series**, v. 8, p. 5-7, 2000.

MENSCH, P.V.. **El Objeto como Portador de Datos**. Lima: Museo de Arte Popular. 1989.

MOLINA, M. P. Introducción al análisis documental y sus niveles: el análisis de contenido. **Boletín de la ANABAD**, v. 39, n. 2, p. 323-342, 1989. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=798857>. Acesso em: 08 abr. 2021.

NEGRÃO, A.; MAIA, J. Arquivo palma muniz: um novo espaço para a pesquisa. **Revista de História**, n. 138, p. 181-184, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/18858/20921>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ORTEGA, C. D.; LARA, M. L. G.. A noção de documento: de otlet aos dias de hoje. In: **Nuevas perspectivas para la difusión y organización del conocimiento: actas del congreso**. Servicio de Publicaciones, 2009. p. 676-692. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/libro?codigo=356731>. Acesso em: 08 abr. 2021.

REIS, D. M. A.; FUJITA, M. S. L. ; SANTOS, P. L. V. A. C. ; ZAFALON, Z. R.. Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**; v.11, n.1, p.42-58, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/76482>. Acesso em: 08 abr. 2021.

ROCHA, C. R. A. da. **Da Pinacoteca ao Museu: historicizando processos museológicos**. Dissertação (mestrado em Museologia do Museu de Arqueologia e Etnologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2014.

SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. **Encontros Bibli**, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2010v15n30p1>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SILVA, M. B.; SOUSA, D. E. L.; BANDEIRA, P. M.. A representação temática em documentos arquivísticos: o caso da indexação documental realizada pelos alunos de Arquivologia da UFPB. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3, n. 2, p. 124-141, 2012. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/48657>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SOUSA, B. P. de. Políticas para representação descritiva: ponderações para discussão. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 11, p. 238-254, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/508>. Acesso em: 08 abr. 2021.

SOUZA, D. M. V. Informação e construção de conhecimento no horizonte museológico. **DataGramZero**, v. 10, n. 6, 2009. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7033>. Acesso em: 08 abr. 2021.

TRINDADE, E. M. A.. Solar Barão do Guajará.. **Levantamento para a participação no curso de especialização em Preservação e Restauração do Patrimônio Arquitetônico**. Departamento de Arquitetura, Universidade Federal do Pará, 1995.

YASSUDA, S. N.. **Documentação museológica: uma reflexão sobre o tratamento descritivo do objeto no Museu Paulista**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Marília, Universidade Estadual Paulista, 2009.

Apêndice 1 – Ficha Catalográfica do Museu do Instituto Histórico e Geográfico do Pará

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ
MIHGP - MUSEU DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO PARÁ

IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO			
01. Nº de inventário:	02. Coleção:	03. Termo:	04. Nº de inventário anterior:
05. Título:	06. Classificação:	07. Subclassificação:	08. Data de produção:
09. Autoria:	10. Dimensões (Em cm):	11. Origem:	12. Procedência:
13. Modo de aquisição:	14. Data de aquisição:	15. Material / técnica:	
16. Marcas e inscrições:		17. Estado de conservação: () Bom () Regular () Ruim () Péssimo	
18. Descrição do objeto:			
ANÁLISE DO OBJETO			
19. Dados históricos:			
20. Características iconográficas:			
21. Características estilísticas:			
22. Características técnicas:			
CONSERVAÇÃO DO OBJETO			
23. Diagnóstico:			
24. Intervenções anteriores:		25. Recomendações:	
NOTAS			
26. Histórico de exposições / prêmios			
27. Histórico de publicações			
28. Referências arquivísticas / bibliográficas			
29. Valor de seguro:	30. Observações:		31. Localização:
DADOS DE PREENCHIMENTO			
32. Preenchimento / data			
33. Revisão / data			
REPRODUÇÃO FOTOGRÁFICA			
34. Imagem frontal	35. Imagem posterior		36. Fotografia / data
			37. Controle
			38. Dados da Imagem: